

REVISTA

WOW

2ª EDIÇÃO • DEZEMBRO 2021

A VOZ DAS MULHERES INDÍGENAS

Elas contam a própria história e protagonizam a luta por direitos

CASA DE MUITAS MULHERES

Um bate papo com a coordenadora do projeto Casa das Mulheres da Maré, Mariana Aleixo

BIANCA SANTANA CONTA SOBRE OBRA DE SUELI CARNEIRO

“Meu desejo é que as pessoas conheçam esta história, compreendam as estratégias e se apropriem delas para fazerem as mudanças necessárias.”

REVISTA

WOW

2ª EDIÇÃO
DEZEMBRO 2021 • ANO 1

Produção Redes da Maré.

Índice

01

Carta às leitoras
e aos leitores
Eliana Sousa Silva

07

**FÓRUM DE
VIVÊNCIAS**
Precisamos falar
sobre pobreza
menstrual
Amanda Célio

03

**COLUNISTA
CONVIDADA**
As lutas e as
mulheres: o
feminismo pode
ser universal?
Andreza Jorge

11

WOW CULTURA
Com narrativa
sensível e cuidadosa,
primeira biografia de
Sueli Carneiro traz
lutas e conquistas em
prol da mulher negra,
com Bianca Santana
Hanza

15

WOW MUSICAL
Trava Línguas, novo
álbum de Linn
da Quebrada se
apresenta como rotas
de fuga e reencontros
Hanza

19

**COMPARTILHANDO
TRAJETÓRIAS**
Contando a própria
história: passado,
presente e futuro
Amanda Célio

25

As originárias da
terra: a mãe do
Brasil é indígena
*Manifesto das Primeiras
Brasileiras*

27

DIÁLOGOS
Casa das Mulheres:
o tempero que
impulsiona as
mulheres dentro das
16 favelas da Maré
*Amanda Célio entrevista
Mariana Aleixo*

31

De rolê no WOW
com Juma Xipaia
e Alana Manchineri
Da redação

39

Sobre a Fundação
WOW

35

Conheça as
colaboradoras
da 2ª edição da
Revista WOW

41

Festival WOW
pelo planeta

CARTA ÀS LEITORAS E AOS LEITORES



Durante uma reunião de pauta do Festival Mulheres do Mundo WOW começou o questionamento do porque as capas de revistas “femininas” exaltavam tanto as mães “comercial de margarina” e as mães celebridades. Sabíamos a resposta, mas nos perguntamos, também, o porquê das mães de favela não ocuparem esse espaço com suas histórias potentes, inspiradoras e que nem sempre acabam com um final feliz.

Assim nasceu a ideia da primeira revista WOW. Já que nem sempre temos um espaço para contar as mais diversas histórias de mulheres, porque não criarmos o nosso próprio espaço e fazê-lo? A primeira versão,

feita às pressas, mas com muito amor, trouxe na capa um ensaio inédito com as amigas Bruna da Silva, Irone Santiago e Cláudia Maria, que posaram pela primeira vez para uma revista e contaram como é ser mãe no maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, a Maré.

A matéria saiu só na versão digital, mas gostamos tanto da ideia, que resolvemos desta vez, ir para o papel. Dobramos o desafio, a aposta e o resultado você vai conferir a partir das próximas páginas. Para a estreia na versão impressa, começamos pelo nosso passado, que também é nosso presente e o nosso futuro: a luta das mulheres indígenas e uma marcha histórica protagonizada

por elas em setembro. Também caminhamos por músicas e livros, em entrevistas potentes com a cantora Linn da Quebrada e com a escritora e autora da primeira biografia de Sueli Carneiro, Bianca Andrade.

Homens menstruam? Sim. Aprendemos mais sobre o assunto com o jornalista Caê Vasconcelos e aprofundamos sobre um tema atual e importante: a pobreza menstrual, que afeta milhares de pessoas que menstruam no Brasil.

Por fim, batemos um papo com a coordenadora da Casa das Mulheres, Mariana Aleixo, num pingue-pongue sobre o projeto em que ela conta como o Festival

“Assim nasceu a ideia da primeira revista WOW. Já que nem sempre temos um espaço para contar as mais diversas histórias de mulheres, porque não criarmos o nosso próprio espaço e fazê-lo?”

WOW e a Casa das Mulheres se conectaram. Aproveito, também, para dedicar a revista a dona Maria de Lourdes da Silva. Dona Lourdes nasceu em Alagoas, na cidade de Coruripe em 1943, chegou na Maré na década de 50, onde morou por toda a vida.

Na sua casa da Rua da Paz 42, no Parque União, dedicou-se ao trabalho de criar e cuidar dos seus três filhos - que chegaram à universidade, ao crochê e à igreja. Uma referência da luta cotidiana das mulheres, migrantes nordestinas, que chegaram na Maré.

No dia 19 de setembro de 2020, Lourdes nos deixou e com ela ficou seu legado de força e resiliência da mulher mareense. Na sua antiga casa, existe há 5 anos a Casa das Mulheres da Maré, para honrar a memória de Lourdes e de todas as mulheres que pisaram nesse chão e construíram uma vida com mais direitos para a Maré.

Boa leitura.

Eliana Silva

Fundadora e diretora da organização Redes da Maré, curadora, e organizadora do Festival Mulheres do Mundo – WOW Rio.

As lutas e as mulheres: o feminismo pode ser universal?

O que é reconhecido como pensamento feminista universal – considerando o seu surgimento no continente europeu, de uma forma geral – tem nas mulheres brancas, ocupantes das classe médias e altas, sua maior representação.

por Andreza Jorge

A luta dos movimentos feministas, dentro de um contexto colonial e escravocrata, que consolidou um território forçado de diáspora e reinvenção da vida de populações africanas e indígenas, nos põe diante do importante debate sobre raça e identidades como elementos imprescindíveis para ampliar a reflexão sobre os conceitos e significados em torno do gênero como categoria analítica na luta feminista.

Há uma necessidade urgente de ampliar as nossas percepções sobre as identidades sócio-his-

toricamente construídas e só assim poderemos continuar a pensar sobre as lutas das mulheres e seus múltiplos processos políticos de resistência e luta pelo mundo afora. Para termos uma boa reflexão sobre a luta das mulheres no mundo, temos que analisar os lugares sociais que essas mulheres ocupam na sociedade e, com isso, perceber a diferença entre os papéis sociais a partir de posições que vão para além da noção binária do ser mulher como o ser “oposto ao homem”.

No Brasil, quais são os papéis e lugares sociais de mulheres brancas, de mulheres negras, de mulheres indígenas, nos mais diferentes setores da sociedade e principalmente nos espaços de poder e prestígio? Eu poderia dizer que o que é reconhecido como pensamento feminista universal, considerando o seu surgimento no continente europeu, de uma forma geral, tem nas mulheres brancas, ocupantes das classe médias e altas, sua maior representação.

Estou falando de um pequeno grupo social que é historicamente privilegiado em função de sua raça/cor e, justamente por isso, ocupa estruturalmente os lugares de classe e de domínio dos meios de produção, construindo suas reivindicações a partir de demandas reais (pra esse grupo) em oposição a opressão patriarcal, ou seja, ao poder e privilégio dos homens cis-héteros, brancos.

Mas, e se pensarmos na luta feminista a partir das múltiplas formas de ser mulher e atrelando diversas identidades sociais e históricas? Se pensarmos nas mulheres e meninas negras, mulheres indígenas? Mulheres lésbicas? Mulheres de classes sociais baixas, trabalhadoras vulnerabilizadas? Mulheres em contextos periféricos, rurais? Mulheres que não tiveram acesso aos sistemas considerados “legítimos” de educação? Mulheres transsexuais? Muitas são as especificidades desta luta, aqui penso principalmente sobre a identidade racial como classi-

ficação social fundamental para tentar entender o “ser mulher no Brasil”, penso sobre essas mulheres racializadas como negras e indígenas que tiveram e ainda têm construções coloniais duras e estereotipadas sobre o significado de seus corpos no mundo, carregam na pele essas construções sobre a compreensão de suas humanidades. Quem fala sobre as demandas dessas mulheres, sobre a vivência dessas mulheres? E em quais espaços estão sendo expostas essas reivindicações?

Uma vez que essas reivindicações forem levantadas, precisamos dar um passo a mais. Não queremos ocupar o lugar estagnado de “problema social”, principalmente pelo fato desse “problema social” não ser algo que define a experiência negra e indígena no Brasil. Muito pelo contrário, esse “problema social” que podemos nomear aqui como expressões do racismo estrutural brasileiro, não pode, em hipótese alguma, ser responsabilidade do

grupo que é vitimado, tampouco devemos ser cobradas, por uma solução, um caminho, uma “fórmula mágica” para acabar com o racismo brasileiro.

É preciso que a população que historicamente gozou e ainda goza dos privilégios de raça estabelecidos desde a colonização se responsabilize com esse compromisso, inclusive e principalmente dentro dos espaços de discussão sobre igualdades, respeito e transformação social, como o movimento feminista. Até onde as mulheres brancas feministas estão implicadas em promover uma transformação social profunda?

Aqui, desejo apontar alguns caminhos que têm me ajudado a pensar em formas de contribuir com uma discussão coletiva sobre ser mulher no Brasil e no mundo e, para isso, mais do que denunciar e explicitar as nossas demandas diversas em função das identidades sociais, precisamos reconhecer e visibilizar as respostas e soluções coletivas para questões em torno das inequidades de gênero e seus desdobramentos. Com isso, conferir visibilidade para as mulheres racializadas como negras e indígenas que ao longo de toda sua existência construíram para a sociedade, enaltecendo o lugar do conhecimento, da intelectualidade, da importância da filosofia de vida de povos que muito tem

Quem fala sobre as demandas dessas mulheres, sobre a vivência dessas mulheres? E em quais espaços estão sendo expostas essas reivindicações?

“É preciso que a população que historicamente gozou e ainda goza dos privilégios de raça estabelecidos desde a colonização se responsabilize com esse compromisso, inclusive e principalmente dentro dos espaço de discussão sobre igualdades, respeito e transformação social, como o movimento feminista. Até onde as mulheres brancas feministas estão implicadas em promover uma transformação social profunda?”

a nos ensinar sobre sociedade, coletivo, política, família, afeto e relações de gênero.

Nesse sentido, as lutas e movimentos sociais que almejam transformações profundas e igualitárias como povo, precisam urgentemente reconhecer historicamente os valores filosóficos, sociais e culturais de uma forma PLURiversal, contemplando maneiras diversas de compreender o mundo a partir de outros parâmetros cosmológicos, ontológicos e inclusive, reconhecer que esses valores resistem e re-existem nos dias atuais, formando e sustentando comunidades inteiras, salvaguardando a experiência da vida como uma experiência coletiva e nos apontando ca-

minhos para viver dignamente, em um mundo que sistematicamente nos ameaça, nos ataca e nos mata de muitas formas.

Lélia Gonzalez, importante ativista e intelectual brasileira, cria o termo amefricanas para pensar em um feminismo Afro-latino-americano que contempla a experiência corporal-subjetiva do ser negra-indígena na América. A autora pontuou diversas vezes em seus textos e discursos a necessidade de se pensar o racismo e o sexismo especificamente sobre a cultura brasileira, trazendo a imagem da criação dos estereótipos atribuídos a essas mulheres e seus reflexos dentro da construção social. Precisamos investigar, reescrever a história, reconhecendo

que, desde o período da colonização, não só no Brasil, mas em todo o continente Amefricano as mulheres negras e indígenas sempre tiveram ações de resistência e insurgência contra os efeitos das desigualdades entre sexo e raça, agindo de forma estratégica e organizada para alcançar seus objetivos.

O histórico da importância dessas mulheres para a construção de uma nação e para a continuidade de todo um povo tem que ser propagado com a finalidade de tornar visível todo esse legado fundamental para a compreensão de um cidadão de país diaspórico. Muitas são as mulheres negras que fazem dos seus corpos potências para ressignificar as marcas impostas

sobre eles através de suas múltiplas expressões, mulheres que, ao longo dos anos, se colocam como linha de frente na luta dessas agendas enfrentadas até os dias de hoje. Eu saúdo e agradeço a todas as mulheres que mantêm esse legado ancestral, traduzido nas favelas, nas festas de cultura brasileira e nas matas desse país.

Meu feminismo existe e é PLURiversal por causa de vocês.

FÓRUM DE VIVÊNCIAS

RODA DE CONVERSA

Precisamos falar sobre pobreza menstrual

4 milhões de pessoas não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas

por Amanda Célio

Uma pessoa que menstrua tem cerca de 450 ciclos menstruais durante a vida e utiliza, em média, 20 absorventes por ciclo. Isso significa que durante sua vida fértil ela pode usar pelo menos 10.000 absorventes. Mas, menstruar tem um custo. Segundo dados divulgados do relatório “Livre para Menstruar”, elaborado pelo movimento Girl Up, que busca o acesso gratuito a itens de higiene, quem menstrua pode gastar entre R\$ 3 mil e R\$ 8 mil reais ao longo de sua vida com a compra de absorventes. Ou seja, é preciso de pelo menos quatro anos de trabalho para custear o produto durante todos esses ciclos menstruais.

Como fica esse cenário em países pobres e periféricos como o Brasil, onde a discriminação é institucionalizada e a menstruação ainda é um tabu que afeta diretamente a saúde? Só em

2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o direito das mulheres à higiene menstrual como uma questão de saúde pública mundial e de direitos humanos, mas esse direito nem sempre é alcançado.

Para se ter uma ideia, uma pesquisa divulgada em maio deste ano revelou que 28% das mulheres brasileiras deixaram de ir à aula por não conseguirem comprar o item de higiene menstrual. Destas, 48% dizem que tentaram esconder o real motivo pelo qual faltaram à escola e 45% acreditam que sua ausência impactou negativamente seu desempenho escolar. E os números pioram. A Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro já calculou que estudantes perdem até 45 dias de aula ao longo do ano letivo por causa da pobreza menstrual. Mas, afinal, o que é a pobreza menstrual? O termo nascido na

França pode ser definido como “a falta de acesso não somente a itens básicos de higiene durante o período de menstruação, mas também a falta de informação, dinheiro para comprar um absorvente e, principalmente, falta de apoio”, explica a antropóloga Mirian Goldenberg.

Esconder absorvente na bolsa e usar expressões como “tô de chico, tô naqueles dias”, são dizeres e atitudes que demonstram um pouco a dificuldade em se falar sobre menstruação, mesmo que estejamos em 2021. Em 2019, por exemplo, o curta ‘Period. End of Sentence’ (Absorvendo o Tabu, na tradução para o português) ganhou o Oscar pelo melhor documentário curta-metragem e gerou uma grande repercussão nas redes.

Produzido pela Netflix, o curta retrata a menstruação ainda sen-

do tratada como tabu na Índia, onde as pessoas que menstruam sentem vergonha de menstruar, e introjetam a ideia de que a menstruação pode ser, também, um tipo de doença, muitas vezes as impedindo de frequentar as aulas quando estão no período menstrual. Ao receber a estatue-ta a diretora norte-americana Rayka Zehtabchi desabafou: “*Não acredito que um filme sobre menstruação ganhou um Oscar*”.

Ainda que a menstruação seja um tabu em vários lugares do mundo, nos últimos anos aqui no Brasil o tema vem sendo mais discutido. Em setembro, um conjunto de projetos de combate à pobreza menstrual que poderia beneficiar milhões de estudantes foi aprovado no Senado, mas foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), no dia 7 de outubro.

Segundo o presidente, o texto não estabeleceu a fonte de custeio. O projeto previa um gasto anual de R\$ 84,5 milhões e o dinheiro viria dos recursos destinados pela União ao SUS e, no caso das presidiárias, do Fundo Penitenciário Nacional.

Apesar do veto do presidente Jair Bolsonaro, ao menos 13 Estados e o Distrito Federal já contam com projetos para distribuição do item para estudantes e mulheres em situação de vulnerabilidade. Além de São Paulo, Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas

Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina já têm projetos em andamento sobre o tema. Tocantins e Sergipe ainda discutem a política. Alagoas, Mato Grosso do Sul e Rondônia não contam com a iniciativa.

O projeto de lei aprovado pelo Senado previa a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda, pessoas em situação de rua, presidiárias e adolescentes internadas para cumprimento de medida socioeducativa. As medidas aprovadas fazem parte do pro-

grama de proteção e promoção da saúde menstrual, que tem o objetivo de garantir a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual.

A deputada federal Tábata Amaral (PSB), uma das autoras do projeto, disse à revista WOW que o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos aprovado no Senado é uma grande vitória da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados e resulta da aprovação de um conjunto de projetos. Para a deputada, ain-

da falta muito para colocar um ponto final na pobreza menstrual. “Não só o projeto precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo Presidente da República, como também precisamos avançar em outras pautas, combatendo os preconceitos que ainda fazem com que muitas jovens se sintam sujas, humilhadas ou desconfortáveis durante a menstruação e garantindo a infraestrutura adequada de saneamento básico, tanto nas casas quanto nas escolas”, afirmou.

Um relatório do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e do UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) realizado em maio mostrou que, no Brasil, 713 mil meninas não têm acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas.

Ainda de acordo com o estudo, as meninas brasileiras também estão sob situação de grande vulnerabilidade envolvendo outros serviços básicos que são essenciais para garantir a dignidade menstrual: 900 mil não têm acesso a água canalizada em seus domicílios e 6,5 milhões vivem em casas sem ligação à rede de esgoto.

E como comprar os pelo menos 10 mil absorventes que as pessoas que menstruam necessitam, ao longo dos seus 450 ciclos

menstruais, se essa situação de grande vulnerabilidade também é afetada por outras variáveis como a desigualdade racial, social e de renda?

O relatório diagnosticou que famílias com maiores situação de vulnerabilidade e renda menor tendem a dedicar uma fração menor de seu orçamento para itens de higiene menstrual, uma vez que a prioridade é a alimentação. A chance de uma menina negra não possuir acesso a banheiros é quase três vezes a chance de encontrarmos uma menina branca nas mesmas condições. Além disso, enquanto cerca de 24% das meninas brancas residem em locais avaliados como não tendo serviços de esgotamento sanitário, quase 37% das meninas negras vivem nessas condições.

Homens podem menstruar? Sim

Para escrever essa reportagem, a revista WOW conversou com o jornalista Caê Vasconcelos, repórter da Agência Mural e autor do livro “Transresistência: Pessoas trans no mercado de trabalho”. Caê, que é homem trans, disse que um erro muito comum em matérias sobre pobreza ou dignidade menstrual é não citar homens trans, pessoas transmasculinas (pessoas que não se encaixam no gênero do nascimento nem na binaridade dos gêneros – homens ou

mulheres), não-binárias (que não se identificam nem com o gênero feminino nem com o masculino) e intersexuais (que nascem com características sexuais que não se encaixam com a definição típica de masculino ou feminino).

A revista WOW deixa registrado que os termos “meninas e mulheres” usados na matéria para enfatizar o problema de pobreza menstrual foram utilizados porque as pesquisas e estudos disponibilizados para produzir a reportagem são baseados neste recorte de gênero, mas é importante deixar claro que essa situação não afeta apenas mulheres ou meninas, afinal, homens trans e pessoas não-binárias também podem menstruar.

* Até o fechamento desta edição, o Senado ainda não tinha derrubado o veto do presidente Jair Bolsonaro.

A chance de uma menina negra não possuir acesso a banheiros é quase três vezes a chance de encontrarmos uma menina branca nas mesmas condições. Além disso, enquanto cerca de 24% das meninas brancas residem em locais avaliados como não tendo serviços de esgotamento sanitário, quase 37% das meninas negras vivem nessas condições.

Com narrativa sensível e cuidadosa, primeira biografia de Sueli Carneiro traz lutas e conquistas em prol da mulher negra

Bianca Santana apresenta a vida e a força imensurável de uma das maiores intelectuais brasileiras

por Hananza

A jornalista, Mestre em educação e Doutora em ciência da informação Bianca Santana, nos presenteia com a primeira biografia de uma das maiores intelectuais brasileiras, em sua obra “Continuo Preta: a vida de Sueli Carneiro”.

Lançada pela Companhia das Letras em maio deste ano, o livro nos possibilita acessar histórias particulares da vida da filósofa, escritora e ativista antirracista Sueli Carneiro, mulher inspiradora por sua força e inteligência, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra criado há 33 anos. Bianca, através de uma narrativa cuidadosa, expõe de maneira clara e fluida desde as relações familiares de Sueli até suas lutas e conquistas em prol das mulheres negras, lutas estas que a fazem referência, indiscutível, para o movimento negro deste país e lhe renderam diversos prêmios como o Prêmio Especial Vladimir Herzog (2020), Prêmio Direitos Humanos da República Francesa, Prêmio Bertha Lutz (2003) entre outros.

Logo na primeira parte do livro intitulada “Escavação”, são apresentados dona Eva Camargo Alves e Seu José Horácio Carneiro, mãe e pai de Sueli, em histórias que nos revelam uma possível relação direta de sua família com a escravidão e a convivência com o machismo dentro do

seio familiar. Este é o trecho do livro que Bianca destaca como uma parte que ela, particularmente, gosta muito por narrar as origens da família Carneiro, sobrenome que Sueli carrega. A autora, chama atenção para o fato de que Sueli, assim como a maioria dos negros deste país, não tinha um conhecimento aprofundado sobre a história de seus familiares, tendo acesso basicamente ao nome dos avós e outras poucas informações. Através de uma pesquisa rica em detalhes, Bianca divide com maior profundidade esta história para a própria Sueli e seus admiradores, que poderão ter acesso através desta obra.

“Em muitos pontos eu sinto que a minha história se cruza com a da Sueli. Tem pontos que eu vejo se cruzarem com a história da minha mãe, pontos com a história da minha avó e sempre me emocionava nas entrevistas”.

“Em muitos pontos eu sinto que a minha história se cruza com a da Sueli. Tem pontos que eu vejo se cruzarem com a história da minha mãe, pontos com a história da minha avó e sempre me emocionava nas entrevistas.” Bianca Santana

Curiosamente, a biografia de Sueli Carneiro não era um projeto ao qual Bianca pensou inicialmente em se dedicar, essa ideia surgiu por parte de muitas pessoas com as quais ela se relaciona, logo após sua entrevista com Sueli para a Revista Cult. Antes disso, a escritora trabalhava em outros projetos dos quais pediu afastamento logo após o assassinato da vereadora Marielle Franco, momento doloroso que a fez refletir acerca do que fazia ou não sentido para sua própria vida.

Na época, ela tinha um livro prometido para a Companhia das Letras sobre outro tema e numa reunião com a editora cancelou a produção da obra por entender que não fazia mais sentido seguir por aquele caminho. Bianca sentia a necessidade de dedicar a sua energia profissional às mulheres negras,

mesmo não sabendo o que aquilo significava totalmente naquele momento.

Em uma reunião com a editora, surgiu a indagação que tantas vezes já tinha ouvido “por que você não escreve uma biografia sobre a Sueli Carneiro?” A partir daí, Bianca foi consultar a própria Sueli sobre a ideia e assim começou o lindo trajeto de escrita sobre a vida desta que é uma das maiores potências da luta negra.

Durante suas conversas com Sueli, diversas vezes ouviu da própria que sua vida não era interessante, que não havia nada em especial que justificasse uma biografia, afirmação que automaticamente descartamos ao ler a profundidade de seus feitos e dos ensinamentos que a obra, agora lançada, nos apresenta. A luta para Sueli é de fato o mote principal em sua vida, chegou inclusive a brincar com Bianca durante uma das entrevistas, afirmando: “*Eu comi um pouquinho, bebi um pouquinho, namorei um pouquinho entre uma luta e outra*”. De todo modo, Bianca afirma que ela, ainda assim, sabia que contar sua história de vida, era contar a história do movimento de mulheres negras, de parte do movimento negro, e toda a estratégia de luta de uma geração. Foi, portanto, em torno desta ideia que Bianca alimentou suas expectativas para este livro. Seu desejo é que

Sueli possa servir de inspiração à outras mulheres e despertar a percepção de que só uma verdadeira luta é capaz de mudar o curso da vida, compreendendo que alianças coletivas para fazer ativismo, movimento político e movimento negro têm resultados pragmáticos e concretos.

“Meu desejo é que as pessoas conheçam esta história, compreendam as estratégias e se apropriem delas para fazerem as mudanças necessárias.”

Como Bianca mesma nos coloca, em entrevista para a revista WOW, sua relação com Sueli Carneiro possui, hoje, diversas camadas que lhe proporcionam imensa alegria. Sueli é a principal referência teórica de sua tese de doutorado e, mesmo antes disso, Bianca Santana já a acompanhava de longe como admiradora e leitora. Em 2017 teve a oportunidade de entrevistar Sueli e a partir deste momento desenhou-se uma aproximação e a possibilidade de escrever uma biografia sobre ela.

Durante o processo de construção desta história, as duas conviveram de forma intensa. Bianca frequentou durante meses, pelo menos duas vezes por semana, a casa de Sueli Carneiro e seus encontros duravam de três a quatro horas, o que permitiu que desenvolvessem para além da concretização do livro, um vínculo afetivo e uma relação de confiança.

Além da biografia: Casa Sueli Carneiro

A relação de confiança entre Bianca e Sueli Carneiro, possibilitou um novo caminho para a autora da biografia, que atualmente trabalha numa organização nova chamada “Casa Sueli Carneiro”, que tem a intenção de, a partir do legado e memória de Sueli, executar projetos de formação e ativismo, pensando na população negra brasileira, tendo todo o acervo de Sueli organizado na casa onde ela viveu por 40 anos.

Numa visita até a casa na companhia de Sueli, Bianca percebeu que a residência estava fechada, tendo ali todo acervo de fotos, jornais e livros pessoais. De imediato, quis saber se havia planos para todo aquele material, algo como um espaço de formação e memória, e recebeu uma resposta positiva de Sueli que confirmou ter pensado sobre este projeto com a sua filha, mas não sabiam exatamente como fazer. Bianca se colocou à disposição para ajudá-la a transformar a casa num espaço de memória, formação e ativismo após o término da biografia.

Terminada a obra, se engajou no planejamento que pensava projetos artísticos, culturais, educativos, a partir não só daquele espaço físico, mas também de um acervo digital da Casa Sueli Carneiro. Por ora,

“Eu sinto que tem muita informação sobre a nossa gente escondida, muita informação que não foi contada, muita informação oculta, e que tem um trabalho que não é só meu, mas de muitas pessoas da minha geração de escavar, de ir atrás dessas informações, de contar essa memória, de difundir essa memória de muitas formas diferentes.” Bianca Santana

a Casa tem realizado atividades online, com dois cursos em andamento, um sobre memória, que Bianca orgulhosa afirma: “está lindíssimo”, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo e o curso com o Instituto Singularidades em São Paulo sobre epistemologias negras. Além dos cursos, também desenvolvem atualmente um mapeamento de entidades negras no Brasil que trabalham com a temática da memória. A ideia é que possam ampliar a atuação para residências artísticas e eventos culturais assim que possível, presencialmente, utilizando o espaço físico da casa. Em breve estará disponível a biblioteca de Sueli Carneiro que será aberta ao público e todo acervo, digitalizado, para consultas online.

“Eu sinto que tem muita informação sobre a nossa gente escondida, muita informação que não foi contada, muita informação oculta, e que tem um trabalho que não é só meu, mas de muitas pessoas da minha geração de escavar, de ir atrás dessas informações, de contar essa memória, de difundir essa memória de muitas formas diferentes.”

“Continuo Preta” é uma obra transformadora, que revela o quão duro é o racismo estrutural deste país e o quanto ele reflete na vida das famílias negras brasileiras, em suas histórias e destinos. A história de Sueli, contada por Bianca Santana, certamente trará pontos convergentes com as histórias de outros tantos negros e negras que se reconhecerão em muitas das passagens da obra. O livro é um convite à coragem e à luta.

WOW MUSICAL

Trava Línguas, novo álbum de Linn da Quebrada se apresenta como rotas de fuga e reencontros

O álbum chega como a possibilidade de Linn pensar a si mesma numa busca de autoconhecimento

por Hananza

Lina Pereira mais conhecida Linn da Quebrada é cantora, atriz, compositora e apresentadora. Autêntica, sempre apresenta em seus trabalhos um tom de voz inconfundível que passeia entre a resistência, tensionamentos, tabus e desabafos sempre conectados a uma identidade muito própria. Artista multimídia, como se define, Linn mostra sua grandeza a cada novo trabalho.

Trava Línguas, segundo álbum de sua carreira, lançado em julho deste ano, chega mostrando a que veio. Ainda que tenha tomado um caminho diferente do antecessor **Pajubá** (2018), Linn garante que o ponto convergente entre os dois álbuns é o fato de continuar investigando as diferenças nas repetições.

Entre a Linn de **Pajubá** e a Linn de **Trava Línguas** o que fica evidente, segundo a artista, é a importância de cuidar de seu próprio corpo e de suas versões tanto pessoal, enquanto Lina Pereira quanto artística, enquanto Linn Da Quebrada, para que ambas possam criar e inventar caminhos como rota de fuga.

Sobre as mudanças que ocorreram entre uma obra e outra, a artista garante ter sido seu olhar para a indústria, de modo geral, o que mais se modificou ao longo do tempo, gerando um inevitável amadurecimento.

De acordo com suas próprias palavras, em entrevista para a Revista WOW, Linn desabafa que seu fazer artístico salvou a sua vida, mas na contramão deste feito a indústria acabou tomando muito dela. Pensando nisso, **I míssil** surge como uma canção que trata de seu posicionamento e da posição de seu corpo no mercado.

Seu novo trabalho chega, portanto, como forma de uma investigação de si mesma tendo como título da faixa que encerra o álbum a pergunta:

Quem soul eu? Para seguir em frente, Linn defende que precisa voltar atrás e entender de onde veio.

“Todas essas vozes que convidei para Trava Línguas impulsionam minha voz, me movem e me comovem para outras direções. Estamos rompendo com lugares de enclausuramento a partir de nossas próprias carreiras que se atravessam e se entrelaçam.”

Linn da Quebrada

Transbordando talento e originalidade, Linn entende que em **Trava Línguas** a sonoridade alcançada está mais quente e mais latina e que o disco se trava num campo de batalha na linguagem e pela linguagem. Das onze faixas que compõem o disco, sete são de autoria da própria Linn da Quebrada e nelas se apresentam diferentes possibilidades de fuga e reencontro de Linn consigo mesma. **Medrosa**, quinta faixa do álbum, traz uma história à parte, onde Linn reproduz as falas de Stela do Patrocínio, mulher negra, doméstica que passou cerca de três décadas internada em hospitais psiquiátricos.

“A Stela, hoje em dia, é tida como poeta e seus falatórios como obra, porém é preciso que a gente olhe pra Stela com cuidado necessário para perceber que seus falatórios são históricos de violência. A Stela não foi poeta, a Stela foi psiquiatrizada, foi patologizada e foi encarcerada na colônia Juliano Moreira onde ela passou os últimos anos de sua vida, onde violentamente colheram entrevistas (...) e esses falatórios evidenciam toda a violência médica e psiquiátrica as quais o corpo de Stela, uma mulher negra retinta, foi submetido” diz Linn em depoimento na sua rede social.

A produção do álbum é da própria cantora, compartilhada com a produtora e Dj Badsista, com quem Linn mantém parceria desde Pajubá, e a percussionista Dominique Vieira. O álbum foi selecionado pela plataforma Natura Musical através do edital Natura Musical 2020 e traz dois feats: com Luiza Nascimento em **Dispara** e com Ventura Profana em **Eu matei o Junior**.

“Eu não quero deixar mensagem nenhuma, o que eu quero dizer é o que eu estou dizendo, o que quero que escutem é o que está dito.”

Linn da Quebrada

“Todas essas vozes que convidei para Trava Línguas impulsionam minha voz, me movem e me comovem para outras direções. Estamos rompendo com lugares de enclausuramento a partir de nossas próprias carreiras que se atravessam e se entrelaçam.”

Sobre a possibilidade de deixar alguma mensagem com o novo trabalho Linn dispara:

“Eu não quero deixar mensagem nenhuma, o que eu quero dizer é o que eu estou dizendo, o que quero que escutem é o que está dito.”

Trava Línguas é um convite a um mergulho profundo, que encontra, em diversas nuances, o respiro.





COMPARTILHANDO TRAJETÓRIAS

Contando a própria história: passado, presente e futuro

Mulheres indígenas ecoam suas vozes e protagonizam luta por direitos em marcha histórica em Brasília

por Amanda Célio

Cinco mil mulheres de 150 povos originários de todo o Brasil marcharam durante quase uma semana, entre 7 e 11 de setembro, pelas ruas de Brasília. A II Marcha da Mulher Indígena foi considerada uma das maiores mobilizações indígenas do país. Com o tema “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra”, mulheres indígenas saíram de seus territórios para denunciar o atual governo de Jair Messias Bolsonaro, bem como a retirada dos direitos dos povos indígenas. Segundo a indígena e feminista, Anne Moura, que participa pela segunda vez da Marcha, é impossível estar em um país que não respeita os direitos dos povos originários.

São centenas de anos que os povos originários deste país vivem sob essa égide de

preconceito, racismo, extermínio, invisibilidade e violência, muita violência. Nesses cinco dias de Marcha, as mulheres indígenas puderam denunciar mais uma vez as violências, os descasos e lutar pelo direito aos seus territórios, suas terras, que representam elas próprias, como anunciaram no Manifesto da Marcha: “*Nós, Mulheres Indígenas, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo*”, disse.

Enquanto elas pulsavam pelas ruas Brasília, o Brasil assistia também as manifestações pró e contra o governo Bolsonaro que ocorreram no dia 7 de setembro. Além disso, um grande ato contra o marco temporal, que estava programado para o dia

seguinte do feriado, precisou ser adiado por intimidações de apoiadores do atual governo. Até o fechamento desta reportagem, o julgamento da tese do marco temporal, que havia sido suspenso há um mês por conta do pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes, aguardava a definição de nova data - o magistrado já devolveu o processo. Até o momento, o placar da votação é 1 a 1. O relator Edson Fachin se opôs contra o marco temporal, e o ministro Kassio Nunes Marques, indicado por Jair Bolsonaro, votou a favor da tese dos ruralistas. Entenda mais sobre o marco temporal abaixo.

Para Anne Moura, na prática, “*a tese do marco temporal diz que os povos originários deste país, que estão aqui desde antes de 1500, só têm direito àquelas terras em que estejam ocupadas no dia 5 de*

“Nós, Mulheres Indígenas, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo.”

Manifesto da Marcha

outubro de 1988. E as centenas de anos sob violência promovida por aqueles que usurparam suas terras, que violentaram mulheres e que dizimaram povos indígenas inteiros? Onde faz essa conta? Quem paga por ela?! Quantas áreas indígenas foram roubadas em todos esses anos?”, questiona.

Contando suas próprias histórias

A fotógrafa Raissa Azeredo, que assina as fotos da capa e dessa matéria da revista WOW, cobriu todos os dias a II Marcha das Mulheres Indígenas e conversou com a reportagem. Raissa esteve em Brasília como voluntária e cobre pautas indígenas há quatro anos.

“Quando são mulheres tudo é mais organizado, do início ao fim”, disse.

Neste ano, o que chamou a atenção de Raissa foi a quantidade de mulheres indígenas fazendo comunicação, registrando e produzindo conteúdos.

“É muito importante vê-las contando suas próprias histórias, essa narrativa real, narrativa delas mesmo. Elas também fizeram transmissão ao vivo para suas aldeias”, disse.

Para a fotógrafa, é incrível ver que elas saíram de seus territórios e vieram até Brasília para mostrar sua força e pedir voz. “Vale lembrar que a única representante indígena no Congresso atualmente é uma

mulher (a deputada federal Joênia Batista de Carvalho (Rede-RR). A primeira mulher cacica do Xingu estava na Marcha. É muito encorajador ver essas mulheres não desistirem dos seus povos, das lutas. É um exemplo”, conclui.

O que é o marco temporal?

O chamado Marco temporal é uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que defende que povos indígenas só podem reivindicar terras onde já estavam no dia 5 de outubro de 1988. Naquele dia, entrou em vigor a Constituição Brasileira. De um lado, a bancada ruralista e instituições ligadas à agropecuária defendem o marco. Do outro, povos indígenas temem perder direito a áreas em processo de demarcação. Mas como essa disputa começou?

O que é uma Terra Indígena

A Constituição Federal garante a criação das chamadas Terras Indígenas (TIs) no artigo 231. São territórios que pertencem aos povos indígenas, que podem explorar seus recursos naturais e desenvolver suas culturas. Também podem ser habitadas por uma ou mais etnias. O direito dos índios ao território é exclusivo e permanente.



Fonte: Portal Ecoa, UOL
Reportagem de Marcos Candido.

ANMIGA: nós somos porque nossos ancestrais foram

“Mulheres terra,
mulheres água,
mulheres biomas,
mulheres espiritualidade,
mulheres arvores,
mulheres raiz,
mulheres sementes
e não mulheres somente
guerreiras da ancestralidade.”

A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), é uma articulação de Mulheres Indígenas de todos biomas do Brasil, com saberes, tradições, lutas que se somam e convergem, que juntou mulheres mobilizadas pela garantia dos direitos e vida dos povos indígenas. Também são as responsáveis pela organização da II Marcha das Mulheres Indígenas. *“As mulheres indígenas sempre estiveram presentes nos movimentos: seja em movimentos mais locais no chão do território ou a nível nacional. Mulheres nas comunidades: parteiras, remedeiras, pajés, lideranças e cacicas. Desde a década de 80 até hoje”,* diz a ANMIGA.

Como doar?

Acesse o site:
<https://doa.re/16g2>



Manifesto das primeiras brasileiras

As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena

Nós, Mulheres Indígenas, estamos em muitas lutas em âmbito nacional e internacional. Somos sementes plantadas através de nossos cantos por justiça social, por demarcação de território, pela floresta em pé, pela saúde, pela educação, para conter as mudanças climáticas e pela “Cura da Terra”. Nossas vozes já romperam silêncios imputados a nós desde a invasão do nosso território.

A população indígena do Brasil é formada por 305 Povos, falantes de 274 línguas. Somos aproximadamente 900 mil pessoas, sendo 448 mil mulheres. Nós, Mulheres Indígenas, lutamos pela demarcação das terras indígenas, contra a liberação da mineração e do arrendamento dos nossos territórios, contra a tentativa de flexibilizar o licenciamento ambiental, contra o financiamento do armamento no campo. Enfrentamos o desmonte das políticas indigenista e ambiental.

Nossas lideranças estão em permanente processo de luta em defesa de direitos para a

garantia da nossa existência, que são nossos corpos, espíritos e territórios. Reunidas no XV Acampamento Terra Livre, em abril de 2019, construímos um espaço orgânico de atuação. Levamos pautas importantes para o centro do debate da mobilização que resultou na primeira Marcha das Mulheres Indígenas com a união de 2500 mulheres de 130 povos, em Brasília, no dia Internacional dos Povos Indígenas, em 9 de agosto daquele ano.

A Marcha, com o lema “*Território: nosso corpo, nosso espírito*”, foi pensada desde 2015 como um processo de formação e de fortalecimento com sustentada ação de articulação com diversos movimentos.

Agosto de 2020. Após um ano da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, nós, Mulheres Indígenas de todo o Brasil, realizamos uma mobilização histórica! Diante do agravamento das violências aos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19, nós decidimos demarcar as telas e realizar a maior mobilização de

mulheres indígenas nas redes virtuais. Assim, nos dias 7 e 8 de agosto, acontecia a nossa grande assembleia online com o tema “*O sagrado da existência e a cura da terra*”.

Nós, Mulheres Indígenas, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo.

Como calar diante de um ataque? Diante de um Genocídio que faz a Terra gritar mesmo quando estamos em silêncio? Porque a Terra tem muitos filhos e uma mãe chora quando vê, quando sente que a vida que gerou, hoje é ameaçada. Mas ainda existe a chance de mudar isso, porque nós somos a cura da Terra!

Diante da Pandemia, criamos espaços de conexão para fortalecer a potência da articulação de Mulheres Indígenas, retomando valores e memórias matriarcais para avançar em pleitos sociais

relacionados aos nossos territórios, enfrentando as tentativas de extermínio dos Povos Indígenas, as tentativas de invasão e de exploração genocida dos territórios – ações que têm se aprofundado no contexto da pandemia. Dessa forma, conseguimos também fortalecer o movimento indígena, agregando conhecimentos de gênero e geracionais.

As Mulheres Indígenas assumiram um papel fundamental na articulação das redes de apoiadores nesse momento. Além de atuarem permanentemente nas barreiras sanitárias, as mulheres estiveram frente às construções estratégicas dos planos Territorial, Regional e Nacional no enfrentamento à Covid-19. Há muitas Mulheres Indígenas com atuações significativas na contribuição pela defesa dos direitos dos Povos Indígenas – muitas vezes enfrentando diversas formas de violências.

Em virtude das constantes violações de direitos, aprofundadas no contexto da pandemia, é urgente fortalecer a contribuição dessas defensoras, qualificando e ampliando suas ações nos espaços de participação política e decisória e apoiando a participação qualificada das Mulheres Indígenas como protagonistas e multiplicadoras.

Estamos atuando não somente no enfrentamento à Covid-19,

mas na linha de defesa do “*Covid sistemático do Governo Federal*” e de seus ataques permanentes aos direitos indígenas.

Como desdobramento, notou-se a necessidade de avançar ainda mais, fortalecer nossas capacidades organizacionais, com vias de oficializar essa articulação da ANMIGA, incluindo o planejamento estratégico e o funcionamento de nossas redes.

Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedeadas, pajés,

“Somos muitas, somos múltiplas, somos mulheres, cacicas, parteiras, benzedeadas, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo.”

agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo.

Mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres, guerreiras da ancestralidade.

DIÁLOGOS

Casa das Mulheres: o tempero que impulsiona as mulheres dentro das 16 favelas da Maré

Projeto foi criado para reconhecer e empoderar o papel fundamental das mulheres na construção física, intelectual e de lutas por direito dentro da Maré

Amanda Célio entrevista Mariana Aleixo

“A Casa das Mulheres é liderada e majoritariamente formada por mulheres para devolver a elas esse papel importante no desenvolvimento territorial da Maré, que historicamente é protagonizado pelas mulheres”.

Mariana Aleixo.

São com essas palavras que a coordenadora do Maré de Sabores, Mariana Aleixo, começa a responder a entrevista concedida à revista WOW realizada no mês passado. Para entender o trabalho e a importância do trabalho desenvolvido pela Casa das Mulheres, projeto idealizado pela Redes da Maré, é preciso talvez voltar até a década de 80, quando o Rio de Janeiro teve, pela primeira vez, uma mulher presidindo uma Associação de Moradores no Rio de Janeiro. Seu nome? Eliana Silva, hoje, diretora da Redes da Maré e responsável por dirigir esse e outros 59 projetos da ONG, que atua desde 1997.

À revista, Mariana contou que muitas dessas conquistas de direitos básicos como luz, água, saneamento básico dentro das 16 favelas que formam a Maré, foram organizados e mobilizados pelas mulheres.

“A Casa é uma resposta da Redes da Maré para reconhecer esse papel fundamental das mulheres na construção física, intelectual e de lutas por direitos e isso atravessa muito nossa instituição. A nossa diretora das Redes da Maré, Eliana Silva, está envolvida nessas lutas desde a década de 80 e, parte disso, vem dela ter sido presidente da Associação de Moradores da Nova Holanda. Isso mostra esse perfil da mulher da Maré e é preciso olhar dessa forma mais ampliada e plural,

porque essas lutas falam sobre como a gente construiu esse chão, esse território. A gente teve que inventar uma forma de melhorar a nossa qualidade de vida e dar coletivo. Foi esse o lugar que a gente encontrou para conseguir direitos e melhorar a qualidade de vida de quem tá ao redor da gente”, enfatiza.

Para a Redes da Maré realizar esse desejo houve uma trajetória de seis anos da construção do espaço físico, que hoje abriga a Casa das Mulheres. Leia a seguir o bate-papo com a coordenadora do projeto, que também é celebrada como “uma das pessoas que está mudando o mundo da gastronomia de um jeito único” pelo site 50 Next, que apresenta os “50 jovens e brilhantes seres humanos que estão a mudar o mundo da gastronomia de formas únicas e interessantes”.

Revista WOW: Onde nasce a ideia da Casa das Mulheres?

Mariana Aleixo: O primeiro projeto que surgiu muito em resposta a como era fundamental pensar o território a partir das mulheres foi o Maré de Sabores. Ele começa dentro de uma escola pública da Maré, o Vicente Mariano, que fica na Baixa do Sapateiro, e é uma das 16 comunidades da Maré. Nessa escola foi identificado o desejo das mulheres, das mães, por formação em gastronomia. E ali naquela perspectiva da escola a gente começou a entender que a mulher tinha

“Esse desejo por qualificação profissional ia de encontro de como a gente acredita que pensar a autonomia financeira das mulheres produziria na verdade que elas tivessem acesso a melhores trabalhos, e conseqüentemente, serem melhor remuneradas.”

Mariana Aleixo

esse papel na família de ser responsável pela alimentação das crianças. Então, a formação das mulheres em gastronomia logo impactaria diretamente na melhoria do aprendizado dessas crianças, mas ali a estratégia que a gente estava criando era para pensar qualificação profissional das mulheres, que era um desejo delas.

Esse desejo por qualificação profissional ia de encontro de como a gente acredita que pensar a autonomia financeira das mulheres produziria na verdade que elas tivessem acesso a melhores trabalhos, e conseqüentemente, serem melhor remuneradas. E também uma forma da gente pensar o enfrentamento das violências de

gênero. No primeiro momento a gente tinha uma oficina muito pontual, e quando a gente vai criar o Maré de Sabores, a gente fez criar o embrião que fez surgir de fato a Casa das Mulheres, que consiste em pensar exatamente a qualificação profissional como essa ferramenta para produzir autonomia para essas mulheres, pra gente produzir formação política a elas.

R.W: De que forma vocês realizaram esse trabalho/rota até chegar a Casa das Mulheres?

M.A: Ali a gente começou a criar nossa metodologia, que é essa metodologia usada pela Redes para pensar a formação política das mulheres nesse território. E foi por meio

desse ímpeto produzido pelas formações de gastronomia que criamos o buffet Maré de Sabores, que realiza, na verdade, esse espaço empreendedor produzido pelas mulheres da Maré, pensado por mulheres da Maré e que quer pautar a gastronomia e a identidade mareense na cidade. O Maré de Sabores tem um cardápio, um serviço mareense de catering que circula a cidade falando muito sobre essa perspectiva de mulher, de favela e como a gente pode criar serviços, empreendimentos e outras lógicas de cidade a partir dessa perspectiva coletiva da mulher de pensar o mundo.

Bom, e aí o Maré de Sabores sai dessa escola pública, antes mesmo de se criar como Maré de Sabores e vai para Lona Cultural da Maré. A gente fica lá por seis anos construindo o buffet, construindo as oficinas de gastronomia, pensando no que seria a Casa das Mulheres, até que em 2016 a gente construiu o prédio que estamos instalados desde 28 de outubro de 2016 (localizado na rua da Paz, no Parque União). E é dessa experiência da Casa das Mulheres, que começa o Maré de Sabores, que vai se ampliando com outras formações e pensando na qualificação das

mulheres. Outra frente da Casa das Mulheres é o atendimento social, psicológico e jurídico para pensar os enfrentamentos de violência de gênero no território, as violências de gênero na cidade e como a gente pensa essa pauta positiva de mulheres. A gente pensa em como incidir de forma direta, em políticas públicas, na melhoria da vida das mulheres.

R.W: E como se dá essa parceria de Redes da Maré, Casa das Mulheres e Festival WOW?

M.A: Foi a partir desse trabalho da Casa das Mulheres, que a Redes passa a ter a curadoria do WOW. é uma conquista da organização que há mais de 20 anos pensa em projetos e ações que não só são dedicados para mulheres, mas também para o território da Maré e realizada a partir do protagonismo do trabalho da Casa das Mulheres.

Ter um festival internacional com mais de 200 painéis e discussões sobre as questões e narrativas que perpassam o universo da mulher, reunir uma feira com 300 empreendedoras e também ter essa dimensão de arte e cultura pensada pela Redes, pensada pela Casa das Mulheres é o resultado desse trabalho que tá aí: pensando a cidade de uma forma mais democrática e mostrando que a favela está querendo pautar, na verdade, soluções para sua própria realidade.

Foto: Acervo Redes da Maré, 2021



De rolê no WOW com as ativistas Juma Xipaia e Alana Manchineri

Da Redação



Infelizmente ainda vivemos num mundo pandêmico. A Covid-19 já matou quase cinco milhões de pessoas no mundo e a população continua em alerta e se cuidando. Devido a essa realidade, o Festival WOW 2020 teve sua edição realizada de forma online. Foram mais de 30 convidadas, em uma programação de 12 horas, para refletir sobre esse momento de crise e desafios, por meio de diálogos, oficinas e intervenções artísticas. Vale a pena lembrar as falas importantes de duas lideranças indígenas que o Festival recebeu.

Na palestra com o tema: ‘Amazônia e outros modos de habitar a Terra’, a repórter, escritora e jornalista Eliane Brum conversou com a ativista, ambientalista, defensora dos direitos humanos e da Floresta Amazônica, Juma Xipaia. Dentre outras visões acerca da luta de Juma, se aprofundaram sobre a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte - idealizada na década de 80, cujas obras já foram interrompidas várias vezes desde o início de sua construção, em junho de 2011, em decorrência de protestos e ocupações realizadas por indígenas e ambientalistas.

Eles defendem que sua instalação provoca a alteração do regime de escoamento do rio, com redução do fluxo de água, afetando a flora, fauna locais e introduzindo diversos impactos socioeconômicos. Sobre este

“As mulheres na minha aldeia não tinham o poder de voz, de decisão. No final de 2005, início de 2006, quando entendi o que era uma hidrelétrica eu vi que isso poderia ser diferente. Vi que muitas mulheres já estavam falando, já estavam lutando e que eu tinha um dever moral, cultural e pessoal de fazer o mesmo.” Juma Xipaia

tema e a importância da voz das mulheres nesta luta, lembramos Juma Xipaia:

“As mulheres na minha aldeia não tinham o poder de voz, de decisão. No final de 2005, início de 2006, quando entendi o que era uma hidrelétrica eu vi que isso poderia ser diferente. Vi que muitas mulheres já estavam falando, já estavam lutando e que eu tinha um dever moral, cultural e pessoal de fazer o mesmo. Queria que eu tivesse voz, que minha filha tivesse voz, que outras mulheres também tivessem voz, sobretudo da minha própria aldeia.” – Juma Xipaia, ativista, ambientalista, defen-

sora dos direitos humanos e da Floresta Amazônica.

Em junho do mesmo ano, mulheres do mundo todo juntaram suas vozes no Festival WOW Global 24 horas. Aqui no Brasil foi apresentada uma programação de três horas com mulheres ativistas, artistas e acadêmicas para falar sobre o aprofundamento da desigualdade social e de gênero e os impactos econômicos da pandemia entre as mulheres brasileiras. Na palestra “Território de Partilha: Corpos invisibilizados e a pandemia” com Alana Manchineri,

“Se nós não cuidarmos do nosso território, se nós não cuidarmos da nossa terra, nós não vamos ter planeta para as próximas gerações, quem sabe para essa geração mesmo.” Alana Machineri

Fabiana da Silva e Luna Arouca, relembramos também a fala de Alana Machineri:

“Os corpos indígenas são negligenciados desde a criação do Brasil. Vale ressaltar e creio que todas as falas de todos meus companheiros indígenas, todas as vezes que nós temos oportunidades de termos um lugar de fala, nós demarcamos que o Brasil foi invadido, ele não foi descoberto e a gente já inicia e parte desse pressuposto, né? Nossos corpos já tendem a ser negligenciados há mais de 520 anos e desde esse primeiro momento acontece um processo de genocídio, etnocídio, contra as populações indígenas que aqui já moravam e um processo de colonização. Para nós da COIAB, que tem diálogo com os nove estados da Amazônia brasileira, temos um retrato não tão positivo, desde 2018 após o processo eleitoral. Nós já sabíamos que iríamos enfrentar um governo que não tinha propostas para populações indígenas, para

populações tradicionais e durante o processo eleitoral ele já mencionava para a bancada ruralista, que se eleito fosse não teria nenhum centímetro de terras para índios e quilombolas. Então, a gente inicia 2019 sabendo que iríamos passar por um processo de resistência. Se nós não cuidarmos do nosso território, se nós não cuidarmos da nossa terra, nós não vamos ter planeta para as próximas gerações, quem sabe para essa geração mesmo”. - Alana Manchineri é comunicadora e representante da juventude da organização das Coordenações Indígenas da Amazônia brasileira (Coiab).

As falas foram extraídas de vídeos que estão disponíveis na íntegra em canal do Youtube do Festival Mulheres do Mundo WOW:



Colaboradoras

da edição



Eliana Sousa Silva é fundadora e diretora da ONG Redes da Maré, curadora, organizadora do Festival Mulheres do Mundo – WOW Rio e autora de 7 livros. Doutora Honoris Causa pela Queen Mary University of London e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Recebeu diversos prêmios, entre eles o Itaú Cultural 30 anos (2018), o Mulher do Ano - área social, do Rotary Club do Rio de Janeiro (2005), o Mulher Claudia - trabalho social, da Editora Abril (2004) e o Ashoka Empreendedores Sociais (2000). Nascida na Paraíba, morou na Maré por 25 anos.



Amanda Célio é jornalista de política e esporte, formada pelo Centro Universitário do Triângulo. Atua, na grande parte do tempo, em coberturas de gênero e direitos humanos. Atualmente é repórter e fact-checker no programa Greg News, da HBO, colunista de esporte e feminismo da Revista AzMina, roteirista no podcast Redes da Maré e jornalista e editora na revista do Festival WOW Mulheres do Mundo.



Andreza Jorge é cria da Maré, artista e ativista com foco nos temas que interseccionam gênero, raça e território. Doutoranda em Estudos de Artes da Cena na UFRJ, Mestre em relações Étnico Raciais pelo CEFET/RJ, Licenciada em Dança pela UFRJ, Co-fundadora do Mulheres ao Vento.

Raissa Azeredo

é fotógrafa, social media e estudante de Antropologia da UnB. Apaixonada por pessoas, por contar suas histórias e pelo registro de memórias, se especializou há 4 anos na área documental e desde então trabalha fazendo registro de povos indígenas pelo Brasil. Acredita que a fotografia dá voz e poder as comunidades tradicionais, e acredita na comunicação como meio para a mudança do mundo. Sua vontade de conhecer e trabalhar nessa área se iniciou desde cedo pelo fato de ser bisneta de indígena, e a colaboração direta se deu início ao visitar o povo Avá-canoeiro em 2017 para fazer registros fotográficos para a FUNAI. A partir daí seguiu trabalhando freelancer com ONG's e comunidades indígenas diretamente.



Mariana Aleixo nasceu na Maré. É doutora e mestre em Engenharia de Produção pela UFRJ e graduada em gastronomia. Coordena o Maré de Sabores e a Casa das Mulheres da Maré, Projetos da Redes da Maré que existem para fomentar o protagonismo das mulheres nas conquistas de direitos no território. A Casa das Mulheres oferece qualificação profissional, atendimento jurídico e psicossocial, projetos de arte e cultura e produz pesquisas com o objetivo de incidir na qualidade de vida das mulheres da Maré.



Hanza é escritora e filósofa formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Comunicadora, trabalhou por 3 anos contratada da Fundação Roberto Marinho como repórter do Programa “Ao Ponto” de Jairo Bouer transmitido pelos canais Cultura e Futura, fazendo matérias pelo Brasil. Ativista da causa negra, lançou sua obra “Ainda Estamos Aqui: uma breve parte de nossa história negra” pela editora Telha, com prefácio assinado por Laurentino Gomes. Somando ao time da Redes da Maré, Hananza é colaboradora da revista WOW assinando duas matérias, referentes ao WOW Cultura, e assessora de redes sociais no Festival WOW Rio e na Mostra Maré de Música.

**FAMILIA
ZEFLO**

A stylized graphic of a leafy branch, rendered in a light brown color, positioned to the right of the word 'FAMILIA' and overlapping the top of the word 'ZEFLO'.

**DIASPORA
FESTIVAL
TWO**

A stylized graphic of a leafy branch, rendered in a light brown color, positioned to the right of the word 'DIASPORA' and overlapping the top of the word 'FESTIVAL'.

Sobre a Fundação WOW

Por Fundação WOW

A Fundação WOW melhora o bem-estar das pessoas e da sociedade por meio do avanço da igualdade de gênero em todo o mundo. Acreditamos que as artes desempenham um papel crítico ao permitir que a maior variedade de pessoas possa olhar francamente para os obstáculos enfrentados pelas mulheres e meninas e discutir soluções, levando à mudança.

Acreditamos também que as mulheres continuam a estar significativamente sub-representadas nas artes, tanto no Reino Unido como internacionalmente, e que as crescentes oportunidades para elevar o perfil de artistas interseccionais femininos e não-binários, tanto dentro como fora do setor das artes, é essencial para assegurar que a arte seja relevante e significativa para o mais vasto leque de pessoas; contando histórias urgentes que enfrentem os desafios prementes que as mulheres enfrentam diariamente, tanto nas suas comunidades locais como a nível global.

Os Festivais WOW são de extrema importância para alcançar este objetivo. Os Festivais WOW apresentam as maiores artistas, pensadoras e ativistas do nosso tempo de todo o mundo, juntamente com vozes criativas mais marginalizadas, que não estão sendo ouvidas atualmente. Eles criam um espaço e uma energia únicos, aproximando as pessoas e permitindo-lhes trabalhar em prol da igualdade de gênero nas suas próprias comunidades.

O sucesso do modelo de engajamento comunitário da WOW gerou um movimento global, que compartilha o seu modelo único de festival e os seus conhecimentos com comunidades de todo o mundo. Até à data, juntamente com os nossos parceiros globais, houve quase 100 festivais e eventos em seis continentes, atingindo mais de três milhões de pessoas.



WOW - Women of the World Um movimento global



3 milhões de pessoas

envolvidas em
mais de **100 festivais**
e eventos em mais de
30 lugares em
6 continentes
desde 2010 e crescendo...

Inscreva-se e participe do movimento em thewowfoundation.com

REVISTA WOW

2ª EDIÇÃO • DEZEMBRO 2021

Diretora Geral | **Eliana Silva**

Produção Executiva | **Geisa Lino**

Produção Geral | **Bia Policicchio**

Jornalista responsável e edição | **Amanda Célio**

Colaboração | **Hanza**

Colunista convidada | **Andreza Jorge**

Projeto gráfico | **Bruna Montuori**

Acompanhe



Festival WOW Rio | Redes da Maré



www.festivalmulheresdomundo.com.br | www.redesdamare.org.br

Sede Redes da Maré

Rua Sargento Silva Nunes 1012, Nova Holanda

Maré, Rio de Janeiro

Cep: 21044-242

Tel. +55 (21) 3105-5531

Realização

redes
da
maré





redes
da
mãe

